

ATUAÇÃO DOCENTE em espaços públicos extraescolares de aprendizagem

Organizadores:

Márcio Eurélio Rios de Carvalho

Vânia Maria Siqueira Alves

Joana Beatriz Barros Pereira

editora





ATUAÇÃO
DOCENTE
em espaços públicos
extraescolares de aprendizagem

ATUAÇÃO DOCENTE em espaços públicos extraescolares de aprendizagem

**Experiências pedagógicas no trato da pluralidade cultural
nos cursos de História e Pedagogia (UEMG Campanha)**

Organizadores:

Márcio Eurélio Rios de Carvalho

Vânia Maria Siqueira Alves

Joana Beatriz Barros Pereira

editora



Belo Horizonte, 2020

SUMÁRIO

Introdução 5

UNIDADE I Espaços extraescolares, práticas pedagógicas e formação de professores

Espaços comunitários de Campanha/MG e a implementação da Escola de Tempo Integral Integrada 13

Carla Maria Nogueira de Carvalho

Taciane Sebastiana da Silva

Paulo Ayres de Carvalho Neto

O acervo da Cúria e as possibilidades de pesquisa nos periódicos *Voz Diocesana* em Campanha/MG: um estudo de caso sobre o ano de 1967 28

Josiane de Paula Nunes

Andressa Rodrigues Carvalho

Projeto FanzinEJA: um projeto de extensão dentro da disciplina EJA no curso de Pedagogia de Campanha/MG 43

Gazy Andraus

A extensão universitária e a literatura: uma experiência comprometida com a legitimidade da produção artística afro-brasileira 60

Lidia Noronha Pereira

UNIDADE II Multiculturalismo, pluralidade cultural e pedagogia da diferença

Aportes teóricos fundantes do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) de Campanha/MG **82**

Márcio Eurélio Rios de Carvalho
Leonara Lacerda Delfino

Provas do Enade História Licenciatura: Novo olhar para a formação de professores e “História da África, História e Cultura Indígena” **118**

Vânia Maria Siqueira Alves

O ensino de História da África no Brasil como história pública e oral: resgate do patrimônio imaterial em comunidades remanescentes de quilombos **136**

Márcio Eurélio Rios de Carvalho
Weigson Fernando Ribeiro Lopes

Resistências ao movimento pentecostal em Campanha/MG por um periódico católico **148**

Adenilson Domingues Mariano
Vânia Maria Siqueira Alves

Os organizadores **167**

INTRODUÇÃO

A proposta deste livro nasceu da percepção de que as pesquisas desenvolvidas nos cursos de História e Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (Unidade Campanha/MG) possuem pontos convergentes, e podem servir como um instrumento eficaz para a formação inicial e continuada de professores (trabalhadores culturais).

Além de se constituir como trabalho interdisciplinar, possui como vetor principal a preocupação com estratégias didático-pedagógicas capazes de tornar o ensino mais agradável e produtivo. Muitas têm sido as queixas dos docentes da rede pública estadual quanto à ausência de materiais que sirvam como suporte no ensino-aprendizagem. A academia tem a obrigação de estreitar os laços com a escola, de modo a romper o fosso que as separa.

Os aportes teóricos que norteiam o conjunto dos textos aqui reunidos convergem-se nas teorias do Multiculturalismo, na Pedagogia da Diferença e nas recentes discussões sobre a História Pública. Tais pressupostos teóricos são inerentes às atuais discussões pedagógicas e historiográficas, e têm ocupado um lugar proeminente na Didática em geral e na Didática da História em particular. A inserção dessas perspectivas teóricas no interior dos currículos de História e Pedagogia pode servir como alternativa viável para se romper com o ensino tradicional que ora centra sua preocupação nos conteúdos ou no desempenho dos docentes, sem municiá-los teoricamente, ora busca suportes e práticas metodológicas inovadoras, sem resolver os impasses culturais que se estabelecem no espaço escolar. A adoção de tecnologias digitais tampouco resolve o problema mais profundo de tornar o ensino uma troca de experiências culturais. O contato diário professor x aluno é um processo, é uma construção sistêmica que envolve dialogismo, interculturalidade e intertextualidade, por isso é mais

sagrado. Evidentemente, isso não acontece naquela perspectiva tradicional. A aula se refere a diálogo, interação, comunicação dialógica, troca de experiências e contatos culturais que devem elevar a diversidade, valorizar o diferente, o múltiplo, o que foge às regras, às normas-padrão. O ensino refere-se à aprendizagem, a sentidos que os atores nele envolvidos constroem. Este material pode servir como uma amostra, um protótipo, uma sugestão, no máximo.

Optamos por dividir o texto em duas grandes unidades. A primeira unidade, intitulada “Espaços extraescolares, práticas pedagógicas e formação de professores”, procura alinhar as possibilidades pedagógicas inscritas nos espaços externos à escola, e que são, muitas vezes, subaproveitados pelos profissionais das humanidades.

Abre-se esta unidade com o texto “Espaços comunitários de Campanha/MG e a implementação da Escola de Tempo Integral Integrada”. Nele, os autores ponderam que a Escola de Tempo Integral tem se constituído modelo e meta para a educação brasileira, cabendo aos gestores das políticas públicas implantá-la nas escolas de educação básica. Aponta que a redução do número de filhos nas famílias brasileiras e, conseqüentemente, de crianças para a educação básica já se expressa no menor número de matrículas dentro desse segmento. Tais mudanças e o já previsto estrangulamento da base na pirâmide etária brasileira impulsionou, nos últimos anos, a implantação de Escolas de Tempo Integral. A pesquisa foi gerada a partir do Programa Escola em Tempo Integral, desenvolvido desde 2015 na UEMG Campanha através da cooperação entre o curso de Pedagogia, a Secretaria de Educação do Município de Campanha e a 41ª Superintendência de Varginha. Aponta também que as investigações e ações desenvolvidas dentro do programa em questão têm viabilizado uma leitura mais profunda da realidade da escola em tempo integral no município e região, bem como proposições de alternativas e formação continuada, como o curso de pós-graduação em Educação em Tempo Integral Integrada, que será oferecido para vários municípios mineiros. A pesquisa objetivou averiguar os espaços públicos existentes no município de Campanha adequados para o desenvolvimento de atividades educativas promissoras.

O texto seguinte, intitulado “O acervo da Cúria e as possibilidades de pesquisa nos periódicos *Voz Diocesana* em Campanha/MG: um estudo de caso sobre o ano de 1967” busca contemplar as possibilidades de pesquisa e levantamentos acadêmicos a partir do arquivo de jornais publicados pela divisão territorial eclesiástica de Campanha, Minas Gerais. Ainda pouco analisado, disponível no acervo da Cúria Diocesana no mesmo município, o periódico *Voz Diocesana* começou a ser publicado em 1947, com uma diagramação adaptada às reformas jornalísticas de meados do século XX, e perpassa importantes momentos da política brasileira. Compõe-se de importantes matérias e artigos sobre o contexto internacional e as políticas e ações do governo durante o período da Guerra Fria. Com publicações regulares ainda nos dias de hoje, porém com algumas modificações na diagramação e na tiragem (digital), apresenta algumas possibilidades de pesquisa. Insere-se, assim, nos debates acerca do alargamento das fontes de pesquisa sobre a história recente do Brasil. Para tanto, foi feito um estudo mais pontual sobre o ano de 1967, no qual, através de artigos publicados pelo jornal, a Igreja orientava seus membros sobre quais filmes assistir, dentro de seus parâmetros para normatização social. Por meio dessa publicação, analisa-se como os filmes exibidos no Cine Municipal da Campanha, antigo cinema da cidade, eram inseridos nas cotações morais e representações veiculadas pelo periódico, influenciando a vida cotidiana e religiosa da população.

O capítulo seguinte trata do “Projeto FanzinEJA: um projeto de extensão dentro da disciplina EJA no curso de Pedagogia de Campanha/MG”. O autor destaca que o processo educacional tem se pautado por inúmeras possibilidades que se complementam, se contrapõem, e, assim, vão sendo configuradas para que as tentativas de um “ideal” pedagógico se concretizem. Todavia, a educação formal dada em escolas e universidades segue estatutos muitas vezes engessados em relação à integração interdisciplinar (e à esfera artística). A questão da criatividade no espaço escolar é discutida a partir dos fanzines, revistas independentes e alternativas de temáticas variadas e conteúdos artísticos e/ou informativos, cuja concepção foi idealizada em meados do século passado nos EUA e espalhada no Brasil a partir da década de 1960. O texto reforça e amplia a importância, ainda um tanto desconhecida no âmbito acadêmico e educacional, principalmente universitário, do potencial artístico dos fanzines,

suas possibilidades “mutacionais” para as artes e seu potencial criativo-educativo interdisciplinar, que altera o estatuto mental de quem se propõe a elaborá-lo manual e fisicamente.

O artigo “A extensão universitária e a literatura: uma experiência comprometida com a legitimidade da produção artística afro-brasileira” busca apresentar o propósito e o desenvolvimento de um curso de extensão promovido em 2018, pela UEMG Campanha. O referido curso, intitulado “Literatura afro-brasileira: a inscrição do sujeito negro pela arte”, como observa a autora, teve como intuito propiciar espaços de aprendizagens que valorizassem o conhecimento sobre a produção literária afro-brasileira. Assim, ao tratar da produção artística afro-brasileira pelo viés literário, o artigo abordará, em um primeiro momento, uma reflexão sucinta sobre a dificuldade de se legitimar a escrita afro-brasileira nos espaços formais, como o escolar e o acadêmico. Em um segundo momento, serão apresentados alguns autores afro-brasileiros, bem como a metodologia utilizada e os resultados observados ao longo de cada um dos cinco encontros abrangidos no curso de extensão. Encerrando o texto, mas não o tema, serão apontados, nas considerações finais, de modo geral, os resultados obtidos durante o curso, que contou com um público advindo de diferentes segmentos sociais que compõem a sociedade campanhense.

A unidade II intitula-se “Multiculturalismo, pluralidade cultural e Pedagogia da diferença” e se inicia com o texto sobre a institucionalização do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros em Campanha. O texto “Aportes teóricos fundantes do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) de Campanha/MG” defende que a iniciativa de se criar um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, numa expressiva cidade remanescente do período colonial, pode ser uma saída proveitosa para neutralizar o discurso eurocêntrico tão em voga ainda hoje na academia e nas escolas. Busca situar o projeto de elaboração do NEAB no interior das recentes discussões sobre as identidades culturais negras, marcadamente contingenciais, e a marcação da diferença delas correlata. Discute, igualmente, a singularidade étnico-racial brasileira e o problema do estigma da cor que move o racismo, delineando o significado histórico do reconhecimento a partir das ações afirmativas. Procura enumerar alternativas teórico-metodológicas capazes de suplantarem as dificuldades de se conceber a cultura de forma essencializada, com ênfase

para a cartografia etnográfica da diáspora, de modo a se criar mecanismos para transformar a história da África numa história publicizada.

O capítulo “Provas do Enade História Licenciatura: novo olhar para a formação de professores em História da África, História e Cultura Indígena” avança na discussão de um ensino multicultural. Discute a avaliação externa do ensino superior, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes (Enade). Lembra que, desde a sua criação, o Enade tem sofrido modificações de um ciclo para o outro, buscando adequar-se às demandas de cada área de formação. Por meio das diretrizes, relatórios síntese da área e das provas realizadas nos anos de 2005, 2008, 2011, 2014 e 2017, foram analisados os componentes específicos de História, o tratamento dado à formação de professores e aos conteúdos “Metodologia/Práticas do Ensino de História” e “História da África, História e Cultura Indígena”, bem como os resultados obtidos nas respectivas provas, exceto na última.

O artigo “O ensino de História da África no Brasil como história pública e oral: resgate do patrimônio imaterial em comunidades remanescentes de quilombos” busca fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre as possibilidades trazidas pela história digital para recuperar histórias de vida em comunidades negras rurais, num corte sincrônico do presente etnográfico. Avalia a contribuição de diversos estudos interdisciplinares que se ampararam na oralidade presente nestes espaços seculares, de modo a resgatar a identidade étnico-racial neles presente. Demonstra ser possível criar mecanismos para transformar a história da África no Brasil, a partir destes territórios étnicos, numa história compartilhada, no que se convencionou chamar história oral pública, por meio da tecnologia social da memória, com o intuito de dar maior visibilidade às comunidades negras de Minas Gerais.

Finalmente, o capítulo “Resistências ao Movimento Pentecostal em Campanha/MG por um periódico católico” propõe discutir textos publicados no jornal católico *Voz Diocesana*, em que são tecidas críticas ao pentecostalismo nas décadas de 1950 e 1960. Nesse momento, o movimento protestante se expandia na cidade com a criação da Assembleia de Deus em 1954. Analisando textos de autoria

clerical publicados no periódico e depoimentos de indivíduos ligados ao movimento protestante, foram detectados sinais de resistências e intolerâncias religiosas e políticas, vindas de diversos setores da sociedade.

Essa unidade procura discutir como a base multicultural está fortemente presente em nossa formação histórica, e que, em toda ela, as relações interétnicas e religiosas têm sido uma constante, permeadas pela violência e exclusão dos grupos indígenas, afrodescendentes e imigrantes. As consequências advindas da escravidão enraizaram-se nas práticas culturais, no plano das representações e no imaginário social, baseadas na negação do outro, na rejeição do diferente e na tentativa de anulação de sua subjetividade. Portanto, o ensino da história e cultura indígena e dos afrodescendentes, bem como da nossa ascendência africana, está atrelado a um passado que se recusa a passar. As migrações multinacionais têm propiciado uma itinerância considerável de pessoas no planeta, uma mistura de culturas, valores, modos de vida, costumes e tradições poucas vezes vista. Essa vida em diáspora faz com que o multiculturalismo seja um modo de dar inteligibilidade a todos estes processos da vida contemporânea. Um deles, que salta aos olhos, é a imposição de uma cultura sobre outra, permitindo-nos inferir que as sociedades liberais ocidentais “são extremamente culpadas, em parte devido ao seu passado colonial, em parte devido à marginalização de segmentos da sua população oriundos de outras culturas”¹. Charles Taylor considera como resultado inevitável deste contato um reconhecimento inadequado do outro, quando não a ausência total de qualquer reconhecimento.

Na esfera da educação, em particular a brasileira, a teorização de Taylor serve para demonstrar que o não comparecimento de certas culturas no ensino é histórico. Quando se coloca a premente necessidade de mudanças curriculares, está pontuando algo central: a inserção de novos temas relacionados às culturas subjugadas, negras ou indígenas, não diz respeito meramente ao acréscimo de novos conteúdos culturais étnico-raciais destes povos, mas volta-se para estancar a reprodução de uma imagem depreciativa desses grupos excluídos.

Nota de fim

- 1 TAYLOR, Charles *et al.* **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 84.